

CONCURSO PÚBLICO  
GUARDA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE (PE)



FOLHA BRANCA

## GUARDA MUNICIPAL (PROVA TIPO 1)

INSTITUTO  
**igeduc**  
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens a seguir.**

01. A preservação do local do crime é fundamental para garantir a integridade das provas e evitar a contaminação ou destruição de evidências importantes para a investigação. Isso envolve medidas como isolamento da área, controle de acesso e registro fotográfico minucioso, permitindo que os investigadores examinem detalhadamente o cenário da ocorrência.
02. A aplicação da lei penal é um processo complexo que envolve várias etapas, desde a investigação policial até a eventual execução da pena. Começa com a instauração de um inquérito policial ou procedimento investigativo equivalente, nos quais são colhidas provas e evidências para embasar uma possível acusação. Em seguida, o Ministério Público avalia se há elementos suficientes para oferecer uma denúncia formal contra o acusado, o que pode resultar em um processo judicial.
03. De acordo com o artigo 4º do Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 e suas alterações, a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública deve necessariamente observar as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.675, de 2018, além de outras leis aplicáveis, como a Lei nº 11.530, de 2007, quando pertinente. No entanto, essa lei tem autonomia técnica para seguir sozinha, se necessário, e elaborar políticas únicas voltadas para o bem da população em geral.
04. O texto do Decreto Federal 9.876/2019 detalha os procedimentos para a escolha e a designação dos representantes, assim como a duração de seus mandatos, permitindo uma recondução por igual período. Também é mencionado que o Presidente do Conselho Gestor será escolhido entre os representantes do Ministério da Segurança Pública e que este exercerá seu mandato até que uma nova eleição seja feita após o período do mandato.
05. O Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 e suas alterações estabelecem os procedimentos e as diretrizes para a formação e o funcionamento do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas. No que diz respeito à composição do Conselho, após as modificações introduzidas pelo Decreto nº 9.876/2019, o documento determina que o mesmo seja constituído por diversos representantes dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, dos Estados e do Distrito Federal.
06. Durante o inquérito, as partes envolvidas têm amplo acesso às informações e provas reunidas pela autoridade policial, garantindo a transparência e a equidade do processo investigativo. Assim, o inquérito deve ser conduzido de forma clara com divulgação e aplicação das informações. Isso visa a proteger a integridade das investigações, evitar interferências externas e garantir a preservação das provas até que sejam apresentadas de forma oficial no processo penal.
07. O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) é um instrumento utilizado pela polícia judiciária para registrar infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, crimes de menor gravidade que têm pena máxima cominada não superior a 2 (dois) anos, como lesões corporais leves, ameaças, danos materiais de pequena monta, entre outros. O TCO substitui o inquérito policial nesses casos e tem por objetivo agilizar o processo penal, evitando a sobrecarga do sistema judiciário com procedimentos mais complexos.
08. De acordo com o artigo 3º do Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 e suas alterações, o Ministério da Casa Civil é claramente designado como o órgão responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento do Susp. Em consonância com essa disposição, os órgãos de correição dos integrantes operacionais do Susp têm autoridade explícita para gerenciar e conduzir procedimentos disciplinares, como sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

09. A comercialização de armas de fogo entre pessoas físicas pode ser efetivada sem autorização do Sinarm (Sistema Nacional de Armas), conforme previsto na Lei nº 10.826/2003. Além disso, podemos dizer que a autorização para o porte de arma de fogo é automática para os integrantes das Forças Armadas, órgãos policiais e guardas municipais, sem necessidade de comprovação de requisitos como idoneidade, capacidade técnica e aptidão psicológica.
10. A organização administrativa do Estado se divide em administração direta, composta pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e administração indireta, formada por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa estrutura permite a gestão eficaz das atividades estatais, atribuindo funções específicas a cada setor dentro da estrutura governamental.
11. Os direitos humanos são universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes. Isso significa que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, etnia, gênero, religião, orientação sexual ou qualquer outra condição. Além disso, os direitos humanos não podem ser renunciados ou retirados de uma pessoa, pois são inerentes à dignidade humana. Também não podem ser separados em categorias distintas, pois estão interligados e dependentes uns dos outros.
12. A prova no local do crime é de responsabilidade exclusiva da polícia, excluindo a possibilidade de participação de peritos e outros profissionais especializados na coleta e análise de evidências. Além disso, a prova no local do crime é sempre conclusiva e inequívoca, não deixando espaço para interpretações ou questionamentos durante o processo judicial, desde que sejam coletadas seguindo todos os protocolos básicos previstos em lei.
13. O Poder Executivo desempenha um papel fundamental na implementação e execução das políticas públicas, traduzindo as leis aprovadas pelo Legislativo em ações concretas que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Esse poder é responsável pela administração do Estado, pela gestão dos recursos públicos e pela prestação dos serviços essenciais à sociedade. Além disso, cabe ao Executivo a condução da política externa, representando o país nas relações internacionais e buscando garantir seus interesses e objetivos no cenário global.
14. A internação involuntária de dependentes de drogas só pode ocorrer mediante autorização de familiar ou responsável legal, não sendo permitida a solicitação por servidor público da área de saúde, assistência social ou órgãos públicos integrantes do Sisnad, conforme descrito no parágrafo 3º do artigo 23-A da Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006).
15. O Sisnad (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas) promove a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, bem como as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006).
16. A legislação brasileira estabelece que, obrigatoriamente, o registro de armas de fogo deve ser realizado no órgão competente, através do qual as armas de fogo de uso restrito são demandadas a serem registradas especificamente no Comando do Exército, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.826/2003.
17. O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) é aplicável apenas a casos de crimes de menor potencial ofensivo, não abrangendo infrações mais graves que demandem uma investigação mais aprofundada. Isso porque o TCO não exclui a possibilidade de abertura de um inquérito policial para apurar infrações mais sérias. Caso durante a lavratura do TCO sejam identificados indícios de crimes mais graves, a autoridade policial pode encaminhar o caso para a instauração de um inquérito policial.
18. A Constituição de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", foi promulgada após um período de ditadura militar no Brasil e representa um marco na história do país, por consolidar princípios democráticos, garantir direitos fundamentais e estabelecer bases sólidas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre suas conquistas, estão a consagração dos direitos sociais, como educação, saúde, trabalho e moradia, e o fortalecimento dos mecanismos de participação popular, como os plebiscitos, referendos e iniciativas populares de lei.
19. De acordo com a autoridade policial, o termo circunstanciado é lavrado, geralmente por um delegado de polícia, sendo elaborado de forma simples e objetiva, descrevendo sucintamente os fatos ocorridos, as circunstâncias da infração e os envolvidos. Após a lavratura do TCO, o autor do fato é intimado para comparecer em juízo em data marcada, onde será realizada uma audiência de conciliação e instrução, visando uma possível composição civil dos danos e a aplicação de medidas alternativas ao processo penal.
20. Os funcionários pertencentes ao quadro da Brigada ROMU têm jurisdição para atuar fora dos limites territoriais do município de Camaragibe. Isso porque, na realidade, seus membros podem realizar operações ou intervenções em áreas adjacentes ou em outros municípios, ampliando assim sua capacidade de resposta a situações de emergência que possam ocorrer além das fronteiras municipais.
21. A Lei Federal 13.675/2018 estabelece em seu 9º artigo que o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, órgão central do Susp (sistema Único de Segurança Pública), é responsável por coordenar e orientar as atividades dos órgãos integrantes do sistema, promovendo a integração, o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais, e a valorização profissional dos agentes de segurança. Essas ações são fundamentais para garantir uma atuação harmônica e efetiva no enfrentamento da criminalidade e na promoção da segurança no país.
22. A administração indireta é composta apenas por autarquias e fundações públicas, excluindo empresas estatais e sociedades de economia mista, que são consideradas parte da administração direta. Isso só é possível graças a leis específicas que fundamentam a organização e a criação desses meios indiretos de administração, que corroboram para um uso mais eficiente do dinheiro público.

23. A Segurança Pública é uma responsabilidade compartilhada entre diferentes esferas de governo, incluindo o federal, estadual e municipal. Essa abordagem multifacetada permite uma resposta mais eficaz e integrada aos desafios enfrentados na área da segurança, abrangendo desde a prevenção do crime até a punição dos infratores. Além disso, a cooperação entre os diversos órgãos de segurança, como polícia civil, polícia militar, bombeiros e guardas municipais, é fundamental para o enfrentamento da criminalidade e para a promoção da segurança da população.
24. Quanto à estrutura administrativa do Conselho Gestor de Segurança, o Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 e suas alterações prevê a existência de uma Secretaria-Executiva, uma câmara técnica e fóruns consultivos federais, localizados em Brasília. No entanto, alguns itens foram revogados ou modificados por decretos posteriores, como o número de representantes e a estrutura das câmaras técnicas, indicando a necessidade de consulta aos textos legislativos mais recentes para uma compreensão completa das disposições atualmente em vigor.
25. A Lei Federal nº 9.503/1997 estabelece que o Contran (Conselho Nacional de Trânsito) é composto exclusivamente pelos Ministros de Estado responsáveis pelas áreas de competência relacionadas ao trânsito. A mesma lei afirma que os Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN) e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE) são responsáveis apenas pela fiscalização do cumprimento das leis de trânsito, sem terem competência para elaborar normas no âmbito de suas atribuições.
26. A Brigada ROMU tem competências específicas definidas pela lei municipal, incluindo a colaboração com órgãos de segurança pública, o apoio a outras brigadas da Guarda Municipal, a proteção da população, o auxílio em grandes eventos, a garantia do atendimento de ocorrências emergenciais, entre outras, conforme disposto pelo artigo 2º. Além disso, a regulamentação das atividades operacionais, subordinação e procedimentos dos integrantes da Brigada ROMU deve seguir os manuais de serviço e operacionais da Guarda Municipal de Camaragibe, conforme estabelecido pelo artigo 3º da lei municipal.
27. Servidor público é todo indivíduo vinculado ao Estado de alguma forma, cuja atuação representa a manifestação da vontade estatal. Nesse contexto, fica claro que o agente público é uma categoria específica dentro do gênero servidor público, pois, em sentido estrito, o agente público é o servidor vinculado ao Estado pelo regime estatutário. O agente público é aquele que ocupa um cargo público; já o servidor público pode ocupar um cargo, emprego, função ou mandato. Sendo os servidores públicos uma categoria de agentes públicos, eles são classificados como agentes administrativos.
28. A legislação brasileira estabelece penas rigorosas para os crimes contra a pessoa, visando garantir a proteção e a segurança dos cidadãos. Dependendo da gravidade do delito, as penas podem variar desde detenção até reclusão em regime fechado, sendo que alguns crimes, como o homicídio qualificado, podem resultar em pena de prisão perpétua. Além disso, medidas de proteção à vítima, como medidas cautelares e programas de assistência psicossocial, também são previstas pela lei.
29. A inteligência artificial já está sendo usada em várias capacidades para ajudar na prevenção de crimes. Algoritmos de aprendizado de máquina podem analisar grandes conjuntos de dados para identificar padrões e tendências que os humanos podem perder. Isso pode incluir análise de dados demográficos, padrões de crime históricos e até mesmo dados de mídia social para prever áreas de alto risco ou comportamentos suspeitos. Portanto, a inteligência artificial tem o potencial de ser uma ferramenta valiosa na prevenção de crimes.
30. O cargo público é estabelecido por meio de legislação específica e pode ter vínculo estatutário ou celetista, dependendo da natureza do órgão ou entidade. Por outro lado, o emprego público segue as normas da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), sendo uma relação contratual dentro do contexto do serviço público. Em contrapartida, a função pública é exercida por agentes políticos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, envolvendo atividades ligadas à representação dos interesses coletivos e ao exercício do poder estatal. Essa distinção entre cargo, emprego e função pública é fundamental para compreender a estrutura do serviço público e as diferentes formas de ingresso e atuação dos servidores.
31. A Teoria Geral dos Direitos Humanos defende que os direitos humanos são conceitos estáticos e imutáveis, que não se adaptam às mudanças sociais, culturais ou políticas. Assim, os direitos humanos não evoluem ao longo do tempo, em resposta aos desafios e às demandas da sociedade. No entanto, é importante citar que novos direitos podem surgir, enquanto outros podem ser reinterpretados ou reafirmados para garantir uma proteção mais eficaz dos indivíduos.
32. A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei Federal nº 13.675/2018, define princípios, diretrizes e objetivos para orientar as ações na área de segurança pública em todo o território nacional. Entre esses princípios estão o respeito aos direitos humanos, a eficiência na prevenção e no controle das infrações penais, a participação e o controle social, entre outros, que refletem um compromisso com a promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana.
33. A criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e a instituição de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, demonstram o compromisso do Estado em promover a igualdade étnico-racial e garantir acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde e educação, para a população negra. Essas medidas são fundamentais para corrigir desigualdades históricas e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.
34. A descentralização administrativa da união envolve a distribuição de responsabilidades e poderes a entidades independentes, como autarquias e fundações. A concentração implica a centralização de funções dentro de uma mesma entidade, enquanto a desconcentração distribui essas funções entre diferentes unidades ou órgãos internos, facilitando a especialização e eficiência.

35. O TCO é um documento público acessível a qualquer pessoa interessada, garantindo a transparência e a publicidade do processo penal. Isso se justifica porque o TCO é um documento sigiloso e deve ser acessado pelo Ministério Público, a defesa do acusado e o juiz responsável pelo caso. Isso visa a proteger a privacidade dos envolvidos e preservar a integridade das investigações até que sejam apresentadas de forma oficial em juízo.
36. Dentro dos crimes contra a pessoa, a lesão corporal é definida como qualquer dano que afete a funcionalidade normal do corpo humano, tanto anatomicamente quanto fisiologicamente. No entanto, nem todo dano físico resulta em mudanças nos tecidos, por isso é importante considerar a proteção da integridade física e da saúde. Outro ponto importante é que causar doença ou enfermidade é considerado uma forma de lesão corporal. Por isso, ao julgar uma situação, os efeitos prejudiciais das ações devem ser ponderados.
37. O inquérito é uma fase do processo penal em que já há uma acusação formal contra o investigado, e seu objetivo principal é provar a culpabilidade deste perante o juiz. Isso porque o inquérito é uma etapa anterior ao processo penal, em que há uma acusação formalizada. Seu propósito é reunir elementos de convicção para embasar uma eventual acusação, mas também pode resultar no arquivamento do caso se não houver indícios suficientes de autoria ou materialidade do crime.
38. O Brasil, embora tenha por tradição o sistema presidencialista, já teve três períodos de parlamentarismo: o primeiro, na época do Império, com Dom Pedro II – basta lembrar que Dom Pedro II era muito jovem quando assumiu o trono. Assim, houve uma diminuição das atribuições do Príncipe Regente. O segundo e o terceiro período de parlamentarismo é mais recente. Ele envolveu os anos de 1961-1963, exatamente o período que antecedeu o Golpe Militar.
39. Conforme estabelecido pelo artigo 12º do Decreto Federal de Regulamentação nº 9.489/2018 e suas alterações, a Comissão Permanente do Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social é composta por dois representantes, titulares e suplentes, indicados e designados pelo Ministro de Estado da Segurança Pública. No entanto, não há menção na legislação de que esses representantes devam abranger todos os entes federativos.
40. O Estatuto Geral das Guardas Municipais prevê que, nos primeiros quatro anos de funcionamento, a guarda municipal deve ser dirigida exclusivamente por profissionais estranhos aos seus quadros, o que contradiz a ideia de valorização dos servidores efetivos. A mesma lei estabelece que os guardas municipais podem ser sujeitos à prisão antes de condenação definitiva e, nesses casos, devem ser recolhidos à cela isoladamente dos demais presos. No entanto, não há previsão para essa medida, já que a guarda municipal não exerce funções ligadas à aplicação da lei penal.
41. O Estatuto Geral das Guardas Municipais, Lei Federal nº 13.022/2014, estabelece princípios fundamentais para a atuação dessas instituições, incluindo a proteção dos direitos humanos, a preservação da vida, o patrulhamento preventivo e o uso progressivo da força, sendo uma das competências gerais das guardas municipais, conforme o artigo 4º da lei, a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do município, abrangendo desde os de uso comum até os dominiais.
42. A receptação é um crime contra o patrimônio que envolve a compra, recebimento ou ocultação de bens provenientes de atividades criminosas, com o conhecimento de sua origem ilícita. Esse crime contribui para a impunidade ao facilitar a circulação de bens roubados ou furtados, tornando mais difícil a recuperação desses itens. Assim, a receptação não apenas afeta o patrimônio, mas também perpetua a prática criminosa ao dar suporte indireto aos atos de furto e roubo.
43. De acordo com a Lei Federal 13.675/2018, os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social incluem a integração em ações estratégicas e operacionais, o apoio às medidas de manutenção da ordem pública, a modernização dos equipamentos e da investigação, e o estímulo às ações de prevenção à violência. Esses objetivos demonstram um compromisso com a eficácia e a eficiência na gestão da segurança pública, buscando garantir a proteção da sociedade e a promoção da paz social.
44. O inquérito é uma fase preliminar do processo penal em que são realizadas diligências investigativas para apurar a autoria e a materialidade de um crime. Durante o inquérito, são colhidos depoimentos de testemunhas, realizadas perícias, coletadas provas e evidências, visando embasar uma eventual denúncia pelo Ministério Público ou a propositura de uma ação penal privada. É uma etapa importante para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, permitindo que as partes envolvidas apresentem suas versões e contestem as informações reunidas.
45. A Lei de Tortura (Nº 9.455/1997) estabelece penas específicas para o crime de tortura em seu Artigo 1º, § 1º, prevendo uma pena de reclusão de cinco a dez anos. Além disso, essa pena é aumentada de um quinto a um sexto se a vítima é gestante, menor de 18 anos, maior de 60 anos, pessoa com deficiência, ou se o crime é cometido por agente público. Essa tipificação de penas específicas serve como um instrumento de dissuasão e punição para aqueles que cometem atos de tortura, garantindo que tais condutas sejam severamente punidas e desencorajadas na sociedade.
46. O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) inclui ações direcionadas à saúde física dos profissionais e também um desenvolvimento profissional contínuo para esses profissionais. Nesse sentido, deve-se lembrar também que o programa oferece cursos de aperfeiçoamento, atualização e capacitação continuada para os profissionais de segurança pública e defesa social, conforme estabelecido na Lei nº 13.675/2018.

47. O papel das guardas municipais é crucial na proteção do meio ambiente, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.605/1998, que trata dos crimes ambientais. Nos termos do artigo 70 dessa lei, as guardas municipais têm competência para lavrar auto de infração ambiental, auxiliando na fiscalização e prevenção de crimes contra o meio ambiente em âmbito local, regional e estadual, cabendo a esses servidores o direito de lavrar prisão em flagrante e ações sem prévia comunicação.
48. Os integrantes da Brigada de Ronda Operacional Municipal (ROMU) devem preencher requisitos específicos para fazer parte da equipe, incluindo ter flexibilidade de horários, no mínimo três anos de efetivo exercício no cargo de Guarda Municipal e disposição para o trabalho em equipe, conforme estabelecido pelo § 2º do artigo 1º da referida lei municipal.
49. A Lei Federal nº 13.675/2018 estabelece no artigo 36 que o Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública) tem como objetivo produzir dados sobre a qualidade de vida e a saúde dos profissionais de segurança pública e defesa social. Diante disso, é criado o programa Pró-vida, que é responsável por produzir anualmente informações sobre vitimização, dependência química e transtornos mentais dos profissionais de segurança pública e defesa social, isso garante um bom desenvolvimento das equipes da segurança pública.
50. A Lei de Abuso de Autoridade (nº 13.869/2019), em diversos de seus artigos, criminaliza condutas que violem direitos individuais, como a submissão de alguém a constrangimento ilegal ou a divulgação de gravação de conversa telefônica sem autorização judicial, conforme previsto no Artigo 10º. Essa criminalização serve como uma proteção adicional aos direitos fundamentais dos cidadãos, assegurando que nenhuma autoridade abuse de seu poder para violar a intimidade, privacidade ou dignidade das pessoas.
51. Uma das características da Brigada de Ronda Operacional Municipal (ROMU) de Camaragibe, ao contrário do que se possa presumir, é não possuir autonomia para definir suas próprias diretrizes de atuação. Na verdade, suas atividades e procedimentos operacionais são rigidamente estabelecidos pelo Comando da Guarda Municipal, o que pode limitar sua eficácia em situações específicas.
52. A afirmação histórica dos direitos humanos é marcada por uma longa trajetória de lutas, movimentos sociais e conquistas ao longo da história da humanidade. Desde os primórdios das civilizações, grupos e indivíduos têm buscado reivindicar e garantir direitos básicos e fundamentais, como liberdade, igualdade, justiça e dignidade. Essa jornada histórica inclui marcos como a Magna Carta, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
53. Para adquirir uma arma de fogo de uso permitido, é necessário declarar a efetiva necessidade, demonstrar idoneidade, apresentar documentos que comprovem ocupação lícita e residência, além de passar por avaliação de capacidade técnica e aptidão psicológica, conforme estabelecido pela legislação vigente.
54. O Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado pela Lei Federal nº 13.675/2018, estabelece a integração e a coordenação dos órgãos responsáveis pela segurança pública em todos os níveis federativos, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Essa integração é fundamental para promover uma atuação conjunta e eficaz no enfrentamento da criminalidade e na promoção da segurança cidadã.
55. A Teoria Geral dos Direitos Humanos é um campo interdisciplinar que engloba diversas áreas do conhecimento, como direito, filosofia, política, sociologia e história, dedicado ao estudo, análise e promoção dos direitos humanos. Essa disciplina busca compreender a natureza, origem, fundamentos e aplicação dos direitos humanos em diferentes contextos sociais, culturais e políticos ao redor do mundo.
56. O Artigo 2º da Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990) estabelece que os condenados por crimes hediondos, como homicídio qualificado, latrocínio, estupro, entre outros, não têm direito a anistia, graça e indulto. Além disso, a progressão de regime para esses crimes é mais restrita, exigindo que o condenado cumpra pelo menos 3/5 da pena se for réu primário, e 4/5 se for reincidente. Essas medidas têm como objetivo aumentar a segurança pública, mantendo os autores de crimes extremamente graves afastados do convívio social por um período mais longo.
57. Os crimes de furto são caracterizados pela subtração de bens móveis alheios para si ou para outrem, sem o consentimento do proprietário. Para que seja considerado furto, é necessário que haja a intenção de se apropriar definitivamente da coisa, sendo irrelevante o valor do objeto furtado. Assim, tanto a subtração de um objeto de alto valor quanto a de um objeto de pouco valor podem configurar esse crime.
58. A Lei de Abuso de Autoridade (Lei Federal nº 13.869/2019) estabelece, em seu Artigo 3º, uma lista de condutas que configuram abuso de autoridade por parte de agentes públicos, como juízes, membros do Ministério Público, policiais e também de gestores e diretores em instituições privadas. Isso inclui desde a decretação de prisão sem fundamentos legais até a realização de busca e apreensão sem autorização judicial e demissão sem justa causa. Essa regulamentação é crucial para proteger os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, garantindo que agentes públicos exerçam suas funções dentro dos limites legais e constitucionais.
59. Os integrantes da Brigada de Ronda Operacional Municipal (ROMU) não recebem treinamento especializado em gerenciamento de crises, controle de distúrbios civis ou mediação de conflitos. Na verdade, seu treinamento se concentra principalmente em procedimentos operacionais padrão, sendo a ênfase em habilidades de negociação e resolução pacífica de conflitos ofertada de acordo com a Lei Municipal 13.022/2014 apenas para os funcionários que demonstrarem interesse na função.

60. O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, suprime a liberdade de expressão ao proibir qualquer forma de crítica ou discussão sobre questões étnico-raciais. Ao considerar discriminação racial qualquer distinção baseada em raça ou cor, a lei tolhe o debate saudável e impede a livre expressão de opiniões divergentes sobre assuntos relacionados à raça, cor, descendência ou origem étnica. Isso pode criar um ambiente de censura e autocensura, no qual indivíduos se sentem limitados a expressar suas opiniões e discutir questões étnico-raciais abertamente, prejudicando o avanço na compreensão e na resolução de desigualdades raciais.
61. As guardas municipais desempenham um papel fundamental na conscientização e educação ambiental da comunidade, conforme previsto no artigo 70-A da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998). Elas podem realizar ações de patrulhamento e vigilância em áreas naturais, promovendo a preservação dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para a qualidade de vida dos cidadãos e para a conservação do meio ambiente para as futuras gerações.
62. O controle externo das guardas municipais é realizado por ouvidorias independentes da direção da guarda. Elas recebem, examinam e encaminham reclamações, sugestões, elogios e denúncias sobre a conduta dos dirigentes e integrantes das guardas. Essas ouvidorias garantem orientação, informação e resposta aos cidadãos, contribuindo para a transparência e responsabilização na atuação dessas instituições.
63. Os Direitos Humanos e sua teoria geral são frequentemente considerados uma área de estudo acadêmico, sem relevância prática ou impacto na realidade política e social. Essa visão surge da percepção de que, apesar do extenso debate teórico, a disciplina não desempenha um papel significativo na defesa e promoção dos direitos humanos em níveis local, nacional e internacional. Ademais, acredita-se que a influência na formulação de políticas públicas, na elaboração de leis, na atuação de organizações da sociedade civil e no monitoramento do cumprimento dos direitos humanos pelos Estados seja mínima, resultando em pouca eficácia e aplicabilidade na prática. Por isso, muitos argumentam que os estudos sobre Direitos Humanos permanecem isolados na academia, com pouco efeito tangível no mundo real.
64. A Brigada de Ronda Operacional Municipal (ROMU) de Camaragibe, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 13.022/2014, é uma unidade especializada vinculada ao Comando da Guarda Municipal, composta por até 40 membros treinados para ações de pronto emprego e procedimentos especiais. Seus princípios fundamentais incluem a proteção dos direitos humanos, a preservação da vida, o patrulhamento preventivo e o uso progressivo da força, conforme disposto no artigo 3º do Estatuto Geral das Guardas Municipais.
65. A atuação da Brigada de Ronda Operacional Municipal (ROMU) abrange diversas áreas, incluindo parques, praças, polos comerciais e áreas de maior incidência criminal, conforme estabelecido pelo § 1º do artigo 1º da lei municipal. Além disso, a equipe realiza o patrulhamento preventivo nos logradouros públicos utilizando diversos meios, como a pé, carros e motocicletas, conforme previsto pelo § 3º do mesmo artigo.
66. A Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006) estabelece que as atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar princípios como o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida, a autonomia e responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas, e o compartilhamento de responsabilidades entre instituições públicas e privadas, conforme descrito no artigo 19 da referida lei.
67. O artigo 4º da Lei de Tortura (Lei Federal nº 9.455/1997) estipula que as guardas municipais têm a incumbência de colaborar ativamente na prevenção e repressão da prática de tortura, constituindo-se como agentes essenciais na identificação e denúncia de casos de tortura em âmbito municipal. Essa atribuição fortalece o compromisso das guardas municipais com a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e livre de violência.
68. Os programas do Plano Nacional de Segurança Pública devem ser de autoria da união e devem corresponder a tópicos de um Plano Estadual de Segurança Pública (Pesp), cujas orientações gerais são definidas a priori pela Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), e cujos programas estão subjacentes a dois conjuntos de diretrizes: I) programas de reforma das instituições de segurança pública; e II) programas de redução da violência. O primeiro conjunto de programas prioriza projetos e ações que envolvem a valorização e a formação profissional, a gestão do conhecimento, a reorganização institucional, a modernização da perícia, a articulação de ações sociais integradas junto a entidades da sociedade civil e o controle externo das polícias.
69. O inquérito policial é conduzido pela autoridade policial, geralmente um delegado de polícia, que tem a atribuição legal de presidir a investigação criminal. Essa autoridade tem o poder de realizar diligências, interrogatórios, solicitar quebras de sigilo, entre outras medidas necessárias para esclarecer os fatos investigados. O inquérito é um instrumento de caráter administrativo, mas de extrema importância para a formação da convicção do Ministério Público e do juiz durante o processo penal.
70. Conforme o Artigo 2º, § 1º, a Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990) veda a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, aos acusados de crimes hediondos. Isso significa que, enquanto aguardam julgamento, os indivíduos acusados desses crimes devem permanecer presos preventivamente. Essa disposição é projetada para garantir que os acusados de crimes de extrema gravidade não tenham a oportunidade de fugir, influenciar testemunhas ou continuar a cometer crimes enquanto aguardam julgamento.

## QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Em ambientes corporativos, a padronização de modelos e estilos de formatação em documentos, planilhas e apresentações no Windows é essencial para manter uma identidade visual consistente e profissional em toda a organização. A criação de modelos personalizados, a definição de estilos padrão e a utilização de temas e paletas de cores facilitam a aplicação consistente de formatação em todos os documentos produzidos, promovendo a coesão visual e fortalecendo a marca da empresa.
72. Reconhecer tipos e gêneros textuais é importante para compreender as características específicas de cada texto e adequar a forma de produção ou interpretação de acordo com o contexto comunicativo. Tipos textuais, como narração, descrição, dissertação, exposição, argumentação apresentam características próprias que os distinguem uns dos outros.
73. A organização textual compreende a estruturação coerente e coesa do texto, de acordo com sua finalidade comunicativa e as características do gênero textual. Os textos podem ser descritivos, narrativos ou dissertativos, cada um com suas particularidades quanto à sequência de ideias, uso de recursos linguísticos e estruturação do conteúdo.
74. Os elementos de coesão e coerência são essenciais para garantir a fluidez e a clareza do texto, possibilitando a conexão harmoniosa entre suas partes e a compreensão do leitor. A coesão refere-se aos recursos linguísticos que estabelecem relações entre os elementos do texto, enquanto a coerência diz respeito à lógica interna do texto e à sua capacidade de fazer sentido para o leitor.
75. A segurança cibernética e a proteção de dados são questões éticas importantes para a Guarda Municipal ao utilizar aplicativos móveis e sistemas conectados à internet. Os guardas devem estar cientes dos riscos de violação de privacidade e vazamento de informações pessoais dos cidadãos e devem adotar medidas proativas para mitigar esses riscos. Isso inclui a utilização de senhas fortes e autenticação de dois fatores nos dispositivos móveis, a utilização de redes virtuais privadas (VPNs) ao acessar informações sensíveis e a realização de atualizações regulares de segurança nos aplicativos e sistemas utilizados.
76. De acordo com o código de ética de um funcionário público, as regras imperativas são aquelas que instruem as pessoas a fazer algo. Elas orientam o sujeito ético a realizar ou construir o que se deseja. Como toda regra, elas limitam o leque de ações que podem ser realizadas. Contudo, ao contrário das regras afirmativas, as regras imperativas mais orientam a ação do indivíduo do que a ordenam ou a proíbem.
77. Os diagramas lógicos, embora sejam ferramentas úteis na representação visual de relações lógicas e matemáticas, geralmente não envolvem cálculos difíceis. Eles são utilizados principalmente para organizar informações e ajudar na compreensão de problemas, mas não requerem cálculos complexos para sua construção ou interpretação. Os diagramas, como os diagramas de Venn ou diagramas de árvore, são especialmente úteis na representação de relações entre conjuntos, eventos ou proposições. Eles simplificam a visualização de relações complexas e ajudam a resolver problemas lógicos de forma mais clara e intuitiva. Embora possam ser aplicados em contextos matemáticos mais avançados, os cálculos envolvidos geralmente são de natureza básica e não se equiparam a cálculos difíceis encontrados em outros ramos da matemática.
78. Seja a analogia: 'Assim como a água é essencial para a sobrevivência, o oxigênio é essencial para o funcionamento do corpo humano'. Podemos inferir que, da mesma forma que a água, o oxigênio é indispensável para a vida. Portanto, podemos deduzir que, se alguém tiver acesso à água, automaticamente terá acesso ao oxigênio. Essa equivalência entre a água e o oxigênio implica que, se alguém estiver sem água, estará também sem oxigênio. Portanto, argumentos válidos baseados nessa analogia podem concluir que, se uma pessoa está em um ambiente com água, não precisa se preocupar com a falta de oxigênio.
79. Em cenários empresariais, a implementação de procedimentos de backup deve considerar não apenas a frequência e abrangência das cópias de segurança, mas também a redundância e a dispersão geográfica dos dados de backup. Dessa forma, além de realizar backups regulares, é essencial armazenar cópias dos dados em locais geograficamente distintos, garantindo assim a resiliência contra eventos catastróficos, como desastres naturais ou ataques cibernéticos massivos que possam comprometer uma única localização.
80. A compreensão e a interpretação de textos de gêneros variados são habilidades fundamentais para a comunicação eficaz e para o sucesso em diversas áreas da vida, desde a acadêmica até a profissional. Essas habilidades envolvem a capacidade de entender o significado global do texto, identificar suas partes constituintes, reconhecer informações explícitas e inferir informações implícitas.
81. A Guarda Municipal, ao utilizar sistemas de monitoramento conectados à internet, deve adotar medidas éticas para proteger a privacidade dos cidadãos. Isso inclui a implementação de políticas de acesso restrito aos dados capturados pelas câmeras, o uso de criptografia para proteger as transmissões de vídeo e a adoção de práticas de retenção de dados que respeitem os direitos individuais. Além disso, é importante realizar auditorias regulares nos sistemas de monitoramento para garantir o cumprimento das normas éticas e legais.

82. A prática de backup regular é obsoleta e desnecessária em ambientes modernos de computação em nuvem. Com a prevalência de serviços de armazenamento em nuvem altamente redundantes e resilientes, como AWS S3 e Azure Blob Storage, os usuários não precisam mais se preocupar em realizar backups locais. Além disso, os serviços de nuvem oferecem garantias de durabilidade e disponibilidade dos dados, eliminando a necessidade de configuração e manutenção de procedimentos de backup tradicionais.
83. O domínio da ortografia oficial é fundamental para uma comunicação escrita clara e eficiente, garantindo que as palavras sejam escritas corretamente, de acordo com as regras estabelecidas pela norma culta da língua. A ortografia inclui o correto uso das letras, acentos, hifens e demais aspectos relacionados à grafia das palavras.
84. Os servidores públicos têm liberdade para utilizar recursos públicos, como veículos oficiais e equipamentos de escritório, para fins pessoais, desde que não interfiram em suas responsabilidades profissionais. Essa prática é comum e aceitável, pois os servidores têm direito a benefícios em virtude de seu cargo e dedicação ao serviço público.
85. O conceito de ética é fundamental no serviço público, inclusive no uso da internet pela Guarda Municipal. Os agentes devem utilizar as ferramentas online com responsabilidade e respeito à privacidade dos cidadãos. Isso implica em não divulgar informações sensíveis obtidas durante o serviço, proteger dados pessoais capturados pelas câmeras de monitoramento e utilizar os aplicativos móveis apenas para fins profissionais. Além disso, é necessário garantir que o treinamento em segurança cibernética inclua aspectos éticos, para que os guardas estejam cientes das implicações éticas de suas ações online.
86. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos em Camaragibe é alta, atingindo 97,4% em 2010, indicando um compromisso do poder público com a Educação Básica. Além disso, o município apresenta um IDEB de 5,1 para os anos iniciais e 4,6 para os anos finais do Ensino Fundamental na rede pública em 2021, demonstrando um desempenho satisfatório na qualidade da educação oferecida.
87. A economia de Camaragibe é altamente dependente do setor primário, com a agricultura e a pecuária sendo as principais fontes de renda para a população. O baixo PIB per capita de R\$ 13.940,29 em 2021 reflete a falta de diversificação econômica e oportunidades de emprego, contribuindo para altos índices de pobreza e desigualdade social no município.
88. Aspectos semânticos e estilísticos influenciam o sentido e o impacto do texto, incluindo a escolha e o emprego adequado das palavras, figuras de linguagem, estilo de escrita e registro linguístico. O sentido e a conotação das palavras podem variar de acordo com o contexto e a intenção do autor, sendo importante considerar esses aspectos na produção e interpretação de textos.
89. Camaragibe apresenta um território extenso, com uma área de 51,321 km<sup>2</sup> em 2022, o que o coloca como o 180º maior município em área no estado de Pernambuco. Essa vasta extensão territorial influencia sua diversidade geográfica e cultural, abrangendo desde áreas urbanizadas até regiões mais rurais e naturais.
90. No contexto da internet, a privacidade dos usuários é garantida por padrão. As empresas responsáveis por aplicativos e plataformas online têm políticas rígidas de proteção de dados e estão sujeitas a regulamentações de privacidade, o que garante que as informações dos usuários sejam tratadas de forma confidencial e segura. Portanto, os usuários podem navegar na internet sem preocupações com a exposição de dados pessoais ou riscos de segurança.
91. Em um diagrama lógico representando conjuntos, se temos dois conjuntos A e B, onde A representa os números pares menores que 10 e B representa os números primos menores que 10, a interseção entre A e B representaria os números que são simultaneamente pares e primos, ou seja, o conjunto {2}. A união entre A e B representaria todos os números que são pares ou primos ou ambos, ou seja, o conjunto {2, 3, 5, 7}. Isso pode ser demonstrado através de cálculos simples, verificando-se os números que satisfazem ambas as condições, confirmando a validade do diagrama.
92. Camaragibe, localizado no estado de Pernambuco, apresenta uma densidade demográfica significativa, com 2.879,35 habitantes por quilômetro quadrado, conforme o último censo de 2022. Além disso, seu PIB per capita em 2021 foi de R\$ 13.940,29, evidenciando uma economia em crescimento. Esses números indicam um município com uma população densa e uma economia em desenvolvimento, fatores que influenciam diretamente sua dinâmica social e cultural.
93. No Windows, a segurança dos documentos, planilhas e apresentações é uma preocupação secundária, uma vez que o sistema operacional é conhecido por sua vulnerabilidade a ataques cibernéticos. A falta de recursos avançados de criptografia e controle de acesso torna os arquivos facilmente suscetíveis a violações de segurança e vazamentos de dados. Além disso, a integração do Windows com serviços de nuvem, como o OneDrive, aumenta ainda mais o risco de exposição de informações confidenciais, tornando-se uma opção inadequada para ambientes corporativos que lidam com dados sensíveis.
94. O município de Camaragibe, apesar de sua densidade demográfica aparentemente alta, enfrenta problemas significativos de despovoamento e migração, com muitos jovens deixando a cidade em busca de oportunidades econômicas melhores em áreas urbanas mais desenvolvidas. Isso resulta em uma população envelhecida e uma diminuição da vitalidade econômica e cultural do município.

95. Considere as proposições  $p$  e  $q$ , onde  $p$  representa 'O sol está brilhando' e  $q$  representa 'Está um dia de verão'. A afirmação 'O sol está brilhando e está um dia de verão' pode ser representada como  $p \wedge q$ . A conjunção ( $\wedge$ ) entre duas proposições é verdadeira apenas quando ambas as proposições individuais são verdadeiras. Portanto, se  $p$  for verdadeiro (o sol está brilhando) e  $q$  for verdadeiro (está um dia de verão), então a afirmação como um todo será verdadeira. Isso pode ser demonstrado através de tabelas de verdade, onde todas as combinações possíveis de verdade ou falsidade para  $p$  e  $q$  são analisadas, mostrando que somente quando ambas forem verdadeiras, a conjunção  $p \wedge q$  será verdadeira. Podemos dizer, assim, que as proposições e conectivos lógicos, quantificadores e falácias são de fato essenciais para a estruturação de argumentos lógicos e a identificação de possíveis erros de raciocínio.
96. Os servidores públicos podem aceitar convites para viagens de luxo e eventos pagos por empresas privadas, desde que não interfiram em suas responsabilidades profissionais e que não ocorram em horário e período de trabalho. Essas viagens e eventos promovem o networking e fortalecem as relações entre o setor público e privado, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.
97. Nos sistemas operacionais Windows, a integração entre aplicativos de edição de textos, planilhas e apresentações, como o Microsoft Word, Excel e PowerPoint, permite uma colaboração eficiente e fluida entre diferentes tipos de documentos. Por exemplo, é possível incorporar facilmente gráficos e tabelas do Excel em apresentações do PowerPoint, mantendo a formatação e os dados atualizados automaticamente. Da mesma forma, links dinâmicos entre documentos do Word e Excel facilitam a atualização automática de dados e conteúdos em documentos relacionados, simplificando o fluxo de trabalho e aumentando a produtividade dos usuários.
98. Os vírus e pragas virtuais, uma vez introduzidos em um sistema, podem automaticamente se replicar e distribuir-se de forma exponencial, assumindo o controle de múltiplos dispositivos conectados à mesma rede. Além disso, essas ameaças cibernéticas podem desenvolver mecanismos de autoaprendizado, permitindo que evoluam suas táticas de infiltração e ataque com base nas respostas das defesas de segurança. Isso torna sua detecção e neutralização extremamente desafiadoras, mesmo para sistemas de proteção avançados.
99. Em ambientes virtualizados, certos vírus possuem uma capacidade de mutação dinâmica, adaptando-se continuamente aos protocolos de segurança implementados. Esses vírus podem, por exemplo, alterar seus padrões de criptografia e até mesmo sua estrutura de código em tempo real, dificultando a detecção por softwares antivírus tradicionais. Além disso, podem explorar vulnerabilidades específicas em determinadas arquiteturas de sistemas, o que torna sua detecção e remoção ainda mais desafiadoras.
100. Em um diagrama de Venn representando três conjuntos  $A$ ,  $B$  e  $C$ , onde  $A$  representa os números divisíveis por 2,  $B$  representa os números divisíveis por 3 e  $C$  representa os números divisíveis por 5, a região de interseção entre os três conjuntos representaria os números divisíveis por 2, 3 e 5, simultaneamente. Ao calcular os múltiplos comuns de 2, 3 e 5, encontramos o número 30. Portanto, a região de interseção seria representada por  $\{30\}$  no diagrama de Venn.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**